

HISTÓRIA E TECNOLOGIA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ESTATUÁRIO COMO IDENTIDADE CULTURAL LUSOBRASILEIRA

*Maria Cristina Moreira,
José António Oliveira Rocha,
Joana Martins**

Resumo

A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente GPS, na criação de bases de dados e sites, constituem um instrumento vital para a conservação e divulgação do património histórico-cultural. Este estudo focaliza o património estatutário em espaço público, em particular o monumento a D. João VI, no Rio de Janeiro e no Porto, construído na década de 1960, como testemunho histórico da identidade luso-brasileira que vem reforçar a consciência cultural de ambos os povos. Trata-se de objeto de estudo de uma nova área emergente de investigação, o turismo cultural. A preservação do património estatutário em espaço público baseia-se na colaboração estreita entre o meio académico, o mundo empresarial e as competências e responsabilidades das autarquias locais na inventariação, preservação e divulgação do património turístico sob sua jurisdição.

Palavras-chave

Tecnologia; D. João VI; património estatutário.

Abstract

The use of new technologies in information and communications, namely GPS, data base and sites, constitutes a vital instrument for the preservation and awareness of historical-cultural heritage.

This study focus on the statuary patrimony on public space, particularly on the sculpture of D. João VI, at Rio de Janeiro and Porto, which was built in 1960 as an historic testimony of Portuguese-Brazilian identity that enhances cultural conscience of both people. This theme is the object of study of a new emerging investigation area, cultural tourism. Conservation of statuary patrimony on public space relies on the close cooperation among academy, enterprises and local authorities' competence and responsibilities at the inventory, preservation and marketing of touristic patrimony on their jurisdiction.

Keywords

Technology; D. João VI; statuary patrimony.

Introdução

A inovação tecnológica que caracteriza a actual sociedade tem uma forte influência nas atitudes individuais e colectivas do ser humano. As distâncias encurtam-se e as pessoas estão em permanente contacto, pelo que a troca de ideias se torna mais fácil e rápida, não só a nível nacional, mas também internacional. Neste contexto, pode-se afirmar que as novas tecnologias de informação e comunicação criam as condições para o intercâmbio global de ideias, crenças, tradições, línguas, culturas, potenciando, portanto, o processo de “Globalização”, dando origem a uma “Aldeia Global” que é o mundo em que vivemos. Nesta aldeia global, tudo o que se passa num determinado lugar é de imediato dado a conhecer ao resto do mundo, quer seja um importante acontecimento político, militar, económico ou mesmo cultural.

Relativamente às questões culturais, basta ter em atenção as iniciativas promovidas ao longo das últimas décadas do século XX, nomeadamente, o reconhecimento pela Unesco de determinadas Cidades, Monumentos, Motivos Escultóricos, Culturas como Património Mundial da Humanidade; a iniciativa da União Europeia “Capital Europeia da Cultura”, iniciada em 1985, que tem como principal objectivo a divulgação da cultura dessa cidade, mas também do país a que pertence; a realização de Exposições, como é exemplo a Exposição do Mundo Português realizada em 1940 ou ainda a Expo 98, também em Portugal.

Todos estes acontecimentos contribuem de forma positiva para uma maior divulgação das diferentes culturas que caracterizam cada país, cada povo, o que leva a uma crescente aproximação das pessoas, logo a uma partilha de conhecimentos, ideias, tradições, hábitos, formas de pensar e de estar em sociedade.

Neste contexto, a história do património estatutário ganha uma nova dimensão com as tecnologias emergentes e com as ferramentas computacionais que lhe permitem sistematizar e aprofundar todo o saber existente, nomeadamente com a criação de redes temáticas de história económica e social.

Turismo cultural e novas tecnologias

A sociedade da informação coloca, efectivamente, importantes desafios à divulgação e preservação do património cultural material e imaterial vinculativo a uma identidade histórico-cultural, tornando-se imprescindível o recurso às tecnologias, nomeadamente ao GPS, à criação de bases de dados e *sites*, de forma a identificar, preservar e divulgar o património em causa. A preservação assume uma importância cada vez maior, principalmente se atentarmos, por exemplo, no caso da destruição das estátuas do Afeganistão representando Buda, por guerreiros talibãs, em 2001.

Por seu lado, e paralelamente, a História Económica encontra um caminho de visibilidade, através da criação de redes temáticas de estatúria em espaço público que promovam o desenvolvimento de uma consciência colectiva de cidadania assente no estudo académico. Esta consciência colectiva adquire uma importância acrescida se passarmos do nível nacional para o internacional, isto é, em termos de uma sociedade que é, hoje cada vez mais global.

O crescente desenvolvimento e aperfeiçoamento das tecnologias permitiram a melhoria dos meios de comunicação e de transporte, levando à aproximação entre países, povos, sociedades, culturas, raças, religiões e identidades. Este facto tem, inevitavelmente, consequências ao nível dos diversos sectores de actividade e das relações internacionais políticas, económicas e culturais. Torna-se, portanto, imperativo um debate e uma reflexão sobre estas questões, sobretudo se atentarmos no sector do turismo, actividade que gera o movimento de milhões de pessoas, anualmente, um pouco por todo o mundo.

Segundo a Organização Mundial de Turismo, “não sendo mais uma atividade reservada apenas a uns poucos privilegiados, o turismo atualmente envolve milhões de pessoas que desfrutam de novos lugares, buscam mudar seus ambientes e almejam por experiências significativas”.²

Em particular, o turismo cultural é um segmento do turismo que permite a divulgação da história patrimonial por excelência.

Como claramente sustenta Licínio Cunha:

Agrupando, por afinidades, os motivos que levam as pessoas a viajar é possível identificar uma grande variedade de tipos de turismo. Há pessoas que viajam para conhecer outros povos e civilizações (...) ou para visitar os grandes centros arqueológicos que constituem testemunho de civilizações e culturas do passado (...), como há pessoas que viajam para assistir a festivais de música (...).³

Todas estas pessoas viajam por razões de ordem cultural e, por isso, pode-se falar em turismo cultural, ou seja, um tipo de turismo que se baseia numa lógica de descoberta, de aprendizagem, de conhecimento de diferentes culturas, povos, artes e património.

O mundo actual tal como o conhecemos, exige do homem a capacidade de obtenção e absorção de conhecimentos sobre diversos temas e ideias; isto decorre da necessidade de dar resposta a uma série de questões que surgem a nível profissional e social.

Segundo Cláudia Henriques, o “turismo cultural começa a ser reconhecido como uma categoria de produto turístico distinta nos finais dos anos 70, com o reconhecimento de que algumas pessoas viajavam especificamente com o objectivo de conhecer a cultura ou o património de dado destino”.⁴

Assim, esta forma de turismo conjuga elementos tão importantes como a actividade turística, a cultura e o património, material e imaterial. No entanto, existem várias defi-

nições de turismo e cultura, o que torna um tanto ou quanto complexa esta definição. De acordo com a definição proposta pela OMT (Organização Mundial do Turismo) em 1985, referida no estudo de Cláudia Henriques, *Turismo, Cidade e Cultura*, turismo cultural pode ser definido como todas as deslocações e viagens efectuadas com o objectivo maior de conhecer novos sítios, lugares, monumentos, satisfazendo a necessidade e o desejo de descoberta do ser humano. Por outro lado, pode ainda ser definido como toda a viagem que é realizada por razões de cariz cultural ou educativo.⁵

Quando se procura definir turismo cultural, é necessário ter em atenção que “cultura” não só se refere à cultura do próprio turista que se desloca a um determinado local e que procura alargar os seus horizontes de conhecimento, mas também à cultura do local visitado, do destino turístico, ou seja, a língua, as tradições, os hábitos, os modos de vida que o caracterizam e que podem vir a influenciar os turistas.

De acordo com o arquitecto Flávio Lopes, coordenador do extinto Programa de Incremento do Turismo Cultural em Portugal:

O património cultural ganhou, nas últimas quatro décadas, novos e alargados significados, fazendo hoje parte das motivações profundas de um número crescente de pessoas, sobretudo no espaço europeu. [...] Nos últimos anos temos assistido, em todo o mundo, a um extraordinário aumento da procura turística relativamente aos bens inscritos na Lista do Património Mundial, rompendo-se, em alguns desses monumentos e sítios, o equilíbrio entre as condições da preservação e a capacidade de acolhimento. [...] O Turismo de motivação cultural, fenómeno com expressão reduzida na primeira metade do século XX, cresceu rapidamente ao ponto de se perder a sua antiga motivação de procura de raridade e do exótico [...].⁶

Na sequência do desenvolvimento do projecto “O Impacto histórico-económico-urbanístico de Estatuária em Espaço Público. Aplicação a Portugal nos séculos XIX e XX”, POCI/HEC/59348/2004, foi possível criar tecnologia de apoio à gestão eficiente e melhorada do património estatuário aplicado aos municípios do Norte de Portugal e às capitais de distrito de todo o país.

Integrar os três elementos – património, turismo e gestão autárquica – não é tarefa fácil. Iremos, em primeiro lugar, explorar o conceito e a preocupação com o património. Em segundo lugar, analisar como o património passou a ser um dos elementos integrantes da indústria do turismo – o turismo cultural. E, finalmente, como é que os municípios integraram o património na estratégia de marketing da autarquia, em ordem a potenciar o seu desenvolvimento e o bem-estar dos seus habitantes.

Defesa e preservação do património

A preocupação com o património remonta à escola romântica, na primeira metade do século XIX. Apesar da proliferação de museus em ordem à preservação do património, só no começo do século XX foram emitidas as primeiras convenções internacionais que previam cláusulas protectoras de bens culturais em caso de bombardeamento. Na realidade, porém, só depois da Primeira Guerra Mundial se começou a reflectir sobre a protecção e importância do património, o que se traduziu na Carta de Atenas de 1931. Este documento define os princípios genéricos em que assenta a preservação do património, a saber:

- O património edificado deverá ser salvaguardado desde que represente a expressão de cultura de um povo e que tenha um interesse geral.
- Não se deverá preservar se isso implicar uma sobreposição do poder sobre o Homem, ou seja, se implicar o sacrifício das populações mantidas em condições insalubres.
- Deve ser abolida a prática do “pastiche”, ou seja, de utilização de estilos estéticos do passado com o argumento de que isso facilita a integração em zonas históricas.⁷

Como consequência da Segunda Guerra Mundial e da destruição da Europa, a ONU, através da Unesco, promoveu várias conferências que culminaram com a Carta de Veneza (1964) a qual pôs em causa algumas das noções anteriormente aceites. Assim, o art.º1 estabelece que o conceito de monumento histórico passe a englobar

“[...]a criação arquitectónica isolada bem como o sítio urbano ou rural que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquirem com o tempo um significado cultural.”⁸

Por outro lado, para que a conservação se processe, deverão ser utilizados de forma útil para a sociedade; e só se deveria proceder a restauros por necessidade imperiosa.

A Carta de Atenas deu lugar à Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975). Aí se refere que “o património arquitectónico é formado não apenas pelos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as cidades antigas e as aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”⁹.

Finalmente, foi assinada a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (1985). Esta entende, conforme o disposto no art.º1, que:

[...] a expressão “património arquitectónico” é considerada como integrando os seguintes bens imóveis:

1) Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações

- ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;
- 2) Os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica;
 - 3) Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.¹⁰

Por seu turno, e de acordo com o art.º10, cada Estado signatário compromete-se a:

[...] adoptar políticas de conservação integrada que:

- 1) Incluam a protecção do património arquitectónico nos objectivos essenciais do ordenamento do território e do urbanismo, e que garantam que tal imperativo seja tomado em consideração nas diversas fases da elaboração de planos de ordenamento e dos processos de autorização de obras;
- 2) Adoptem programas de restauro e de manutenção do património arquitectónico;
- 3) Façam da conservação, promoção e realização do património arquitectónico um elemento fundamental das políticas em matéria de cultura, ambiente e ordenamento do território;
- 4) Promovam, sempre que possível, no âmbito dos processos de ordenamento do território e de urbanismo, a conservação e a utilização de edifícios [...] que revistam interesse do ponto de vista do ambiente urbano ou rural, ou da qualidade de vida;
- 5) Promovam a aplicação e o desenvolvimento, indispensáveis ao futuro do património, de técnicas e materiais tradicionais.¹¹

Além destes aspectos, é de salientar ainda o disposto no art.º15, em que:

As Partes comprometem-se:

- 1) A valorizar a conservação do património arquitectónico junto da opinião pública, quer como elemento de identidade cultural, quer como fonte de inspiração e de criatividade das gerações presentes e futuras.
- 2) A promover, nesse sentido, políticas de informação e sensibilização, nomeadamente com auxílio de técnicas modernas de difusão e de promoção, tendo, especificamente, como objectivo:
 - a) Despertar ou desenvolver a sensibilidade do público, a partir da idade escolar, para a protecção do património, qualidade do ambiente edificado e expressão arquitectónica;
 - b) Realçar a unidade do património cultural e dos laços existentes entre a arquitectura, as artes, as tradições populares e modos de vida, à escala europeia, nacional ou regional.¹²

Finalmente, a Convenção institui um comité encarregado de acompanhar as políticas de conservação do património, o que significa a internacionalização do processo de defesa do património.

A lei n.º 13/85, de 6 de Julho de 1985, integra na ordem interna esta nova orientação, considerando património cultural os “bens materiais e imateriais que, pelo seu reconheci-

do valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”.¹³

Da mesma forma (art. 8º), entende por património arquitectónico os monumentos, conjuntos e sítios. No mesmo artigo 8º, n.º 2, b) são indicados bens culturais móveis as: “obras de pintura, escultura e desenho, os têxteis, as espécies organológicas, os utensílios ou os objectos de valor artístico, científico ou técnico”.¹⁴

Esta lei foi revogada pela lei 209/2001, de 8 de setembro de 2001, a qual, e para o que nos interessa, mantém o essencial da lei anterior.

A preocupação com o património começou por constituir uma afirmação dos Estados modernos, os quais procuraram encontrar raízes na história para o seu formato actual. Sobretudo a seguir à Segunda Guerra Mundial, passou a existir uma preocupação internacional com a conservação do património da humanidade. Esta evolução ocorreu fundamentalmente na Europa por razões que têm a ver com o rescaldo da guerra e com o movimento da União Europeia.

Mais tarde, a evolução dá-se no sentido de integrar o património no pacote do turismo e do turismo cultural, em particular.

Segundo a Carta do Turismo Cultural (1976), este aparece definido como “aquela forma de turismo que tem por objectivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e outros sítios histórico artísticos”.¹⁵ E inclui produtos tão díspares como:

- Sítios de património da Humanidade
- Museus, monumentos, jardins históricos, motivos escultóricos em espaço público
- Festivais, espectáculos e concertos
- Rotas e itinerários culturais
- Festas tradicionais
- Criação artística e artesanal
- Turismo gastronómico

Hoje, o património faz parte do turismo cultural, integrando qualquer pacote turístico, mesmo o de sol e mar.

Na década de 90, a globalização da economia, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e as melhorias operadas na rede de transportes geraram uma crescente concorrência entre os territórios, acentuando disparidades entre cidades que lideram regiões e usufruem de relações internacionais e cidades que se limitam ao seu âmbito local. Estas transformações aceleraram o processo de desertificação dessas áreas menos concorrenciais.

Paralelamente, com a terciarização das cidades, passou a dar-se cada vez mais importância a aspectos imateriais do desenvolvimento: informação, I&D, formação de recursos humanos, acesso à inovação e investimento em actividades de serviços.

Assim, as estratégias de actuação autárquica começaram a ter em consideração variáveis socioeconómicas de médio e longo prazo, como sejam o acentuado envelhecimento da população ou o desemprego de longa duração e o emprego precário, fenómenos geradores de concentração de situações de pobreza, de desintegração e segregação social e, também, de deficiente acesso à informação.

Na tentativa de responder a estes e outros problemas sociais, as autarquias locais passaram a assumir novas responsabilidades, muito além do simples provimento das necessidades básicas da população. Começaram, assim, a intervir directamente, quer no sentido de valorização dos recursos endógenos, quer no estabelecimento de novas formas de cooperação com os outros agentes sociais, de modo a captar investimentos, criar emprego e fixar populações. Nesse sentido, as autarquias deixaram de ser meras prestadoras de serviços e assumiram o papel de promotoras da economia local, incentivando a implantação de complexos industriais, promovendo e participando em iniciativas privadas e concedendo a exploração de espaços e gestão de serviços públicos a entidades privadas.

Daqui resultou a introdução de uma dimensão estratégica na administração das cidades e o recurso ao marketing urbano.

Segundo Noisette e Vallérugo,¹⁶ marketing urbano designa as aplicações específicas do marketing que permitem ao poder político desenvolver produtos e serviços dentro de um contexto, pelo menos parcialmente, de mercado, a fim de melhorar a adequação entre esses produtos e serviços e as expectativas dos seus utilizadores, mas tendo em conta os imperativos políticos e orçamentais que fundamentam a sua acção.

Ainda segundo estes autores, marketing urbano designa a análise, a planificação, a realização e o controlo de programas levados a cabo pela autoridade urbana e pelos organismos que dela dependem.

Paula Silva¹⁷ menciona os seguintes aspectos a ter em conta na definição de estratégias municipais:

- Condições naturais e ambientais, nomeadamente, espaços verdes, paisagens idílicas, rios, lagos, montanhas, etc.
- Características históricas, designadamente achados arqueológicos, monumentos, locais de ocorrência de eventos históricos, etc;
- Recursos naturais de solo e subsolo, como por exemplo minérios, florestas, agricultura, etc;
- Infra-estruturas diversas, tais como a abundância de solo industrial, espaços comerciais, boas vias de comunicação e acessibilidade, boa cobertura das redes de saneamento básico;
- Recursos humanos qualificados disponíveis;

- Recursos financeiros disponíveis;
- Atração residencial e qualidade de vida, equipamentos educativos, espaços de lazer e recreio;
- Estrutura de actividade produtiva: taxa de desemprego, produtividade de diversas actividades, espírito de iniciativa e de inovação empresarial privado, redes de co-opeação empresarial e os circuitos de comercialização;
- Dinâmica das estruturas institucionais e de apoio, nomeadamente os municípios e as associações comerciais e industriais.

Entre os aspectos a ter em conta no marketing das cidades, relevam, como se unificam os aspectos históricos, designadamente os achados arqueológicos, monumentos, locais de ocorrência de acontecimentos históricos, estatuária, etc.

De resto, são conhecidas apostas de sucesso do turismo cultural como sector do desenvolvimento económico. O mais conhecido é Bilbao, cidade marcada por uma imagem negativa sob o ponto de vista da situação política e do seu passado industrial decadente, muito ligado a estaleiros navais e siderurgia. Com a construção do museu Guggenheim, em terrenos anteriormente ocupados pela indústria pesada, conseguiu-se um inimaginável sucesso. O museu transformou-se no símbolo arquitectónico desta cidade e acolheu mais de 4.000.000 visitantes desde a sua inauguração, em outubro de 1997, sendo que mais de 80% se deslocaram a Bilbao expressamente para o visitar. O museu ofereceu à cidade notoriedade internacional, permitiu-lhe a modificação da imagem e criou um poderoso efeito multiplicador na economia da região.

A uma escala diferente, também Évora tem tido um incremento significativo, traduzido num aumento de turistas, como consequência da classificação do seu Centro Histórico como “Património Mundial”, que data de 1986. De igual modo, o Centro Histórico de Guimarães foi recentemente (2001) classificado como “Património Mundial”, desconhecendo-se ainda as repercussões.

Gestão autárquica do património

Ao alargar as atribuições das autarquias locais, a Lei n.º 159/99 de 14 de setembro, não anuncia, de forma específica, o domínio do turismo. Mas percorrendo com cuidado as diversas áreas de intervenção das autarquias locais, verificamos que foram alargadas as competências nas áreas do turismo. Assim, compete às autarquias locais:

- Organizar e manter actualizado um inventário do património cultural, urbanístico e paisagístico da área do município, bem como participar, directamente ou em parceria, na sua recuperação e manutenção.

- Gerir museus, edifícios e sítios classificados.
- Gerir os parques de campismo.
- Promover programas de renovação urbana.
- Gerir áreas protegidas de interesse local.
- Assegurar a gestão e garantir a limpeza e a boa manutenção das praias e das zonas balneares.
- Criar e participar em estabelecimentos de promoção do turismo local.
- Participar nos órgãos das regiões de turismo e na definição das políticas de turismo que digam respeito aos concelhos.
- Promover e apoiar o desenvolvimento das actividades artesanais e das manifestações etnográficas de interesse local.
- Licenciar e fiscalizar os empreendimentos turísticos e hoteleiros.
- Elaborar o caderno dos estabelecimentos industriais, comerciais e turísticos.¹⁸

Por aqui se vê que a lei atribui aos municípios uma efectiva função no domínio do turismo. De resto, o turismo urbano constitui hoje uma área de estudo importante.

No que respeita especialmente ao património cultural, a legislação sobre o património cultural consta actualmente da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e ainda da Lei n.º 19/2000, de 10 de agosto.

Se confrontarmos o conteúdo destas leis com a Lei n.º 159/99, verificamos que, em matéria de património cultural, o poder local fica com competências mais abrangentes, uma vez que compete, desde logo, à autarquia a inventariação e classificação do património.

Deste modo, na investigação histórico-económica e urbanística do património estatuário em espaço público, a percepção da gestão autárquica é fundamental para o entendimento deste objecto de estudo.

Monumento escultórico de D. João VI

Neste artigo centramos a análise destas memórias enquanto via de promoção do património estatuário em espaço público como identidade cultural luso-brasileira, em particular, o monumento estatuário a D. João VI.

Portugal e Brasil estão ligados, desde sempre, por razões histórico-culturais, mas há um período da história que torna os dois países particularmente próximos. Em 1807, no decorrer das Guerras Napoleónicas, as tropas francesas invadiram Portugal, e o Príncipe Regente, D. João VI, viu-se obrigado a, juntamente com a corte portuguesa, partir para o Brasil.

Este facto teve consequências de uma enorme grandeza, sobretudo para o Brasil, já que D. João VI foi o principal impulsionador do desenvolvimento e crescente progresso, não somente da cidade do Rio de Janeiro, onde ficou instalado, mas do Brasil como um todo, como um país, como nação independente que é hoje.

Aquando da comemoração do IV Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1965, o Governo de Portugal ofereceu uma estátua (equestre) do monarca D. João VI à cidade.

É pertença já do valioso património artístico do Brasil, a linda e pujante estátua equestre de D. João VI, desembarcada em 31 de Maio de 1965, do navio “Paraguay Star”, no Rio de Janeiro, e foi oferta inteligente, preciosa e significativa do actual Governo Nacional e da Nação Portuguesa à mais antiga, lindíssima e imortal capital carioca.¹⁹

O monumento a D. João VI é constituído por uma estátua equestre em bronze. O escultor responsável pela sua concepção e execução foi Barata Feyo e o arquitecto Carlos Ramos foi o responsável pelo projecto de implantação no espaço público, tendo sido fundida em Vila Nova de Gaia.

Tal como refere *O Jornal* coevo datado de 1 de junho de 1965, “a estátua equestre de Dom João VI foi construída quase que totalmente do bronze de velhos canhões que Portugal conservava em museus”.²⁰

Curiosamente, um artigo do *Correio do Minho*, na véspera da inauguração afirma:

Foi o bronze de antigas e façanhudas peças de armas portuguesas que estruturaram, implantaram e consolidaram a Presença Lusíada no Mundo, [...] que serviu para a fundição desta valiosa e histórica obra do Mestre Barata Feio, onde se sente a marca vibrante de mais de oito séculos de construtiva e imortal História Portuguesa no Mundo [...]. De parceria artística com o já também famoso arquitecto português e Mestre Carlos Ramos, o Cais Pharoux do Rio de Janeiro, será alindado e enriquecido com um superior e harmónico arranjo urbanístico para receber a colocação da estátua equestre do Rei D. João VI.²¹

O monumento escultórico é constituído por um plinto “de granito, também executado em Portugal, na região de Gafete, distrito de Portalegre, [que] foi embarcado em duas remessas”²² para o Rio de Janeiro, e pela própria estátua cujo peso é de cinco toneladas e meia.²³

Todo este ambiente em volta da inauguração da estátua equestre de D. João VI no Brasil teve uma enorme repercussão nos dois países, a nível histórico, cultural, artístico, e mesmo político/diplomático. A estátua foi inaugurada no dia 10 de Junho de 1965, dia de Portugal e de Camões, “numa cerimónia integrada nas comemorações centenárias da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro”.²⁴

Nesta cerimónia de inauguração estiveram presentes, entre outras personalidades, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Alberto Franco Nogueira.

No seu discurso, Franco Nogueira enalteceu a importância da figura de D. João VI, afirmando:

[...] devotou ao Rio de Janeiro o seu amor de Príncipe e os seus cuidados de governante. Rasgou novas ruas [...] estimulou o comércio, fomentou a indústria; chamou técnicos e artífices; desenvolveu uma consciência coletiva de cidadania; e assim poderosamente contribuiu D. João VI para consolidar a cidade. Grandes instituições foram criadas: as escolas médico-cirúrgicas, os bancos, o Liceu de Artes, o Banco do Brasil, a Academia de Marinha, a magnífica Biblioteca Real, o Supremo Conselho Militar, e por último a Imprensa Régia, que lançou e expandiu a imprensa e o jornalismo. Não foi mesmo esquecido um Jardim Botânico, suntuoso para a época. [...] por quanto fez pelo Rio de Janeiro e ainda por quanto fez irradiar do Rio de Janeiro, D. João VI terá de ser considerado, por direito, o primeiro construtor da comunidade brasileira.²⁵

Este discurso permite, desde logo, ter uma percepção do simbolismo e do significado associado à figura de D. João VI e, portanto, à sua estátua equestre no Brasil.

Complementarmente um modelo igual, do mesmo bronze de antanho, ficará também na metrópole de Portugal [...]. Bem hajam, pois, quantos foram os inspiradores e colaboradores da realidade histórica deste monumento da Arte Contemporânea Luso-Brasileira, que é mais um motivo de orgulho não só de Mestre Barata Feio, mas de todos os bons portugueses e brasileiros.²⁶

A réplica desta estátua equestre, presente na cidade do Porto, na Praça Gonçalves Zarco, e realizada pelos mesmos autores, foi inaugurada em junho de 1966, como sublinha Guilherme Abreu:

Em 66, de Barata Feio, era inaugurada a estátua colossal de *D. João VI*, oferecida à cidade do Rio de Janeiro no IV centenário da sua fundação, ficando no Porto uma cópia em bronze que seria implantada em posição alinhada com a do Rio de Janeiro, no centro da Praça de João Gonçalves Zarco, ao Castelo do Queijo [...]²⁷

Esta questão simbólica das duas estátuas ficarem colocadas de forma a estarem na mesma orientação geográfica é também referida pelo escultor João Barata Feio, filho de Salvador Barata Feio, autor das estátuas, “‘romanticamente’ se pensou que as duas [estátuas] deviam ficar viradas [...] uma para a outra”.²⁸

Esta simbologia de ligação entre os dois países ressalta na própria figura de D. João VI, que tem na mão direita:

[...] o globo terrestre com a Cruz de Cristo, é um símbolo da História de Portugal que é a descoberta, a conquista, a navegação, ele leva a sua tradição de Rei Português, digamos que Portugal se caracteriza pela aventura que realizou, pela descoberta dos caminhos para a Índia, Brasil. [...] Foi uma forma de congregar na figura de D. João VI toda a história de Portugal.²⁹

Em suma, a figura de D. João VI associada à preservação do monumento escultório em espaço público com recurso às novas tecnologias, constitui um testemunho vivo da identidade cultural luso-brasileira.

A preservação do património estatutuário em espaço público assenta na colaboração estreita entre o meio académico, o mundo empresarial e as competências e responsabilidades das autarquias locais na inventariação, preservação e divulgação do património turístico dos seus concelhos.



*Imagens 1 e 2 – Estátua de D. João VI na cidade do Porto.
Fonte: elaboração própria.*



Imagem 3 – Estátua de D. João VI na cidade do Rio de Janeiro.
Fonte: elaboração própria.

Notas

* Maria Cristina Moreira, Economia, Universidade do Minho, NEEII, Braga, Portugal; José António Oliveira Rocha, Administração Pública, Universidade do Minho, NEAPP, Braga, Portugal e Joana Martins, Mestranda em Turismo e Desenvolvimento Regional, Universidade Católica Portuguesa, Braga, Portugal. E-mail: mcristina@eeg.uminho.pt

¹Agradecemos ao Prof. João Barata Feyo, por seus comentários para a qualidade deste artigo, que constitui um *output* do projecto de investigação POCI/HEC/59348/2004, designado por “Impacto histórico-económico-urbanístico de Estuária em Espaço Público. Aplicação a Portugal nos séculos XIX e XX”, co-financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Feder através do Programa POCI 2010

²OMT. *Turismo Internacional. Uma perspectiva global*. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2 ed. Porto Alegre, Bookmann, 2003, p. 23.

³CUNHA, Licínio. *Introdução ao Turismo*. 2 ed. Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 2003, p. 47.

⁴HENRIQUES, Cláudia. *Turismo Cidade e Cultura*. 1 ed. Lisboa, Edições Sílabo, 2003, p. 48.

⁵Cf. *Ibid*, p. 49.

⁶ LOPES, Flávio. O programa de incremento do turismo cultural. Dos novos conceitos e motivações sobre o património cultural à criação de produtos turísticos de qualidade. *Antropológicas*, n. 4, 2000, pp. 243-250.

⁷ Cf. Carta de Atenas, 1931.

⁸ Carta de Veneza, 1984.

⁹ Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975.

¹⁰ Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, 1985.

¹¹ *Ibid*.

¹² *Ibid*.

¹³ Lei n.º 13/85, 6 de Julho de 1985, artigo 1º.

¹⁴ *Ibid*.

¹⁵ Carta de Turismo Cultural, 1976.

¹⁶ Cf. NOISETTE, P. e VALLERUGO, F. *Le marketing des villes : un défi pour le développement stratégique*. Paris, Editions d'Organisation, 1996.

¹⁷ Cf. SILVA, Paula. As Autarquias Locais e o Desenvolvimento Sócio-Económico Novos Desafios, Novas Soluções. *Cadernos de Estudos Municipais*, n. 9, 1998, pp. 61-76.

¹⁸ Cf. Lei n.º 159/99, Setembro de 1999.

¹⁹ TAVARES, L. C. Nozes. História e Arte Portuguesa no Brasil. *Correio do Minho*, 1965.

²⁰ Autor elegível. Estátua de D. João VI pesa doze toneladas e chegou em 3 volumes. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1965 (arquivo privado de Prof. João Barata Feyo).

²¹ TAVARES, op. cit.

²² Autor elegível. Estátua De Dom João VI. *Voz de Portugal*. 1965. (arquivo privado de Prof. João Barata Feyo).

²³ Cf. Autor elegível. Monumento a D. João VI. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1965 (arquivo privado de Prof. João Barata Feyo).

²⁴ Autor elegível. Segue hoje para o Rio de Janeiro a estátua de D. João VI. *Diário de Lisboa*, 1965 (arquivo privado de Prof. João Barata Feyo).

²⁵ Autor elegível. Franco Nogueira entrega à cidade a estátua equestre de D. João VI. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1965 (arquivo privado de Prof. João Barata Feyo).

²⁶ TAVARES, op. cit..

²⁷ ABREU, José Guilherme. *A Escultura no Espaço Público do Porto no Século XX: Inventário, História e Perspectivas de Interpretação*. Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2005, p. 203.

²⁸ Excerto da entrevista amavelmente concedida por Prof. João Barata Feyo a 1 de agosto de 2006, no âmbito do projecto *Impacto histórico-económico-urbanístico de estatuária em espaço público. Aplicação a Portugal nos séculos XIX e XX*.

²⁹ Ibid.